

Soeli M. Schreiber da Silva

Aliás:

*argumentação, polifonia
e topos na linguagem*

Universidade Federal de São Carlos
Departamento de Letras
São Carlos, São Paulo, Brasil

“Conviene recordar aquí a Escoto Erígena, que dijo que la Escritura es un texto que encierra infinitos sentidos y que puede ser comparada con el plumaje tornasolado del pavo real”.

Jorge Luis Borges

Este trabalho inclui-se na linha dos estudos sobre a significação lingüística e neles entende-se a linguagem como um fenômeno fundamentalmente dialógico. Nessa perspectiva privilegiam-se as influências de Ducrot (1980 e 1987) sobre semântica argumentativa e polifonia, e de Bakhtin (1981), que vê a linguagem como interação social. Focaliza enunciados do Português com *aliás*, com o objetivo de caracterizar esta forma com base na Teoria Polifônica da Enunciação¹, cuja análise é ampliada com a formulação da Teoria do Topos (1989 e 1995). Nessa linha da Teoria da Argumentação, pretendo mostrar, sobretudo, que o funcionamento do *aliás* tem a ver com a questão da textualidade², como os operadores argumentativos em geral.

1. Muitas análises deste artigo inserem-se no livro “Argumentação e Polifonia na Linguagem”, publicado pela Editora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

2. Para trabalhar com a questão da textualidade mobilizando a Teoria da Argumentação, ver excelentes análises das conjunções do português em Guimarães (1987).

1. *Aliás e textualidade: alguns aspectos*

A aplicação dos critérios e testes em *X aliás Y* e especificamente os testes de interrogação, negação, focalização com *é que* e articulação no diálogo indicam que há independência sintática entre X e Y na construção *X aliás Y* tal como pode-se ver em Anscombe e Ducrot (1983) e Silva (1991). Como se sabe, o plano da significação não é um reflexo do plano sintático como veremos na caracterização do *aliás*.

A abordagem de Ducrot e outros (1980) mostra que no enunciado com *aliás* o argumento (Q), conteúdo de Y, vai na mesma direção do argumento (P), conteúdo de X, isto é, ambos conduzem para a mesma conclusão. Pretendo, agora, retomar as hipóteses inseridas neste importante trabalho. Em

- (1) *Isto não é bom (P). Aliás é péssimo (Q).*

Temos uma escala assim:

R
não é bom ---↑--- péssimo

onde R pode ser, por exemplo, “não-compre”.
Vejam os casos que seguem.

- (2) *(?) Isto não é bom (P). Isto é ótimo (Q).*
(3) *Ele fez tudo o que queria (P). Isto é, comprou x, foi à Universidade e realizou o trabalho (Q).*
(4) *Ele fez tudo o que queria (P). Aliás, comprou x, foi à Universidade e realizou o trabalho (Q).*
(5) *Isto é ruim (P). Aliás, isto é péssimo (Q).*
(6) *(?) Isto é ruim (P). Aliás, isto é ótimo (Q).*
(7) *(?) Isto não é bom (P). Aliás, isto é ótimo (Q).*

Podemos dizer que (2) não é aceitável na mesma medida que (1). Em (1) a negação em (P) é descritiva, enquanto que em (2), para ser aceitável, a negação seria polêmica ou metalingüística. A diferença entre (3) e (4) é que, na primeira, Q explica P, o mesmo não ocorrendo em (4).

Quanto a (5) e (6), ressalte-se a inaceitabilidade de (6), principalmente pelo fato de em (6) Q ser oposto a P. O mesmo ocorrendo com (7), tanto se considerarmos a negação em P como descritiva ou como polêmica.

Tudo isto nos leva a considerar que:

- a) de fato em *X aliás Y*, P e Q são argumentos de uma mesma classe argumentativa e o *aliás* não organiza esses argumentos de modo a estabelecer que um seja mais forte que o outro³.
- b) *aliás* não tem um caráter explicativo: registre-se a diferença de (3) e (4).
- c) em *X aliás Y*, *aliás Y* não pode ser visto como continuidade de X, simplesmente. Para isto indica fortemente a impossibilidade de (7). Ou seja, não se pode ver *aliás Y* como algo que se diz da mesma posição que se usou para retrucar alguém. Ressalte-se que, com a negação metalingüística, (7a) é claramente aceitável.

(7a) *Isto não é bom. Aliás, isto é ótimo.*

Por outro lado, Ducrot afirma que o argumento (Q) se apresenta como não-necessário para a argumentação. Mas, em seguida, acrescenta que o argumento introduzido pelo *aliás* não pode ser substituído por *dito de passagem* ou *entre parênteses*, por exemplo. Em

- (8) *"Por mais que alguns críticos insistam em afirmar que a Curitiba de Dalton Trevisan é pura projeção de memória ou é mítica (com o que aliás eu concordo), o suporte de ambas é a Curitiba"*⁴.

não é possível substituir o *aliás* por *ou seja, dito de passagem* ou *entre parênteses*. Essa substituição tornaria a sequência inaceitável.

Um fato significativo no comportamento das construções *X aliás Y* é que Y pode ser uma oração adjetiva explicativa, mas não uma restritiva.

3. Isso pode-se ver no exemplo: Ele não é um estudante (P). Aliás, é um trabalhador que estuda (Q).

4. O exemplo (8) foi retirado da resenha "Círculos inexoráveis", em *Isto é*, 362: 80, nov.

Pode-se dizer que a adjetivação por orações ou o fato de os adjetivos poderem ser substituídos por uma oração resulta na relação de subordinação adjetiva.

Parece fundamental discutir o fenômeno que ocorre nesse tipo de relação sintática em se tratando de:

- (9) *Os trabalhadores que foram demitidos continuam desempregados.*

Temos aí a delimitação do substantivo *trabalhadores*, isto é, do conjunto de trabalhadores, estamos falando dos que foram demitidos que continuam desempregados. Nesse caso, temos a subordinação adjetiva restritiva. No mesmo exemplo podemos dar um sentido geral para trabalhadores e em seguida atribuímos a eles a demissão. A relação altera-se, a pessoa que produz o enunciado explicita alguma coisa sobre os trabalhadores. Temos, então, uma subordinada adjetiva explicativa. Em Português, a subordinada adjetiva explicativa aparece, na escrita, entre vírgulas:

- (10) *Os trabalhadores, que foram demitidos, continuam desempregados.*

A convivência dessas relativas com a presença do *aliás* pode ser observada em:

- (9a) (?) *Os trabalhadores que aliás foram demitidos continuam desempregados.*

- (10a) *Os trabalhadores, que aliás foram demitidos, continuam desempregados.*

Considerando (9a) uma relativa restritiva, percebe-se que o *aliás* não convive com esse tipo de relação. Isto porque quando o *aliás* retoma o *que* (anafórico) não há possibilidade de haver delimitação do substantivo *trabalhadores*. Contudo, em (10a) a presença do *aliás* é possível porque trata-se de uma relativa explicativa.

A questão da relativa de cuja análise me ocupo aqui, para ser melhor entendida, deve ser inserida na concepção de Bally sobre a coordenação. Segundo Bally, "a proposição relativa explicativa é na realidade uma frase coordenada" (Bally, 1965: 58). Podemos dizer que em (9a) há uma relação de subordinação da oração *que foram demitidos*. Já em (10a) há uma independência sintática e tem-se

coordenação. Esse é um caminho para distinguir (9a) de (10a). Outro caminho pode ser a convivência do *aliás* com a relativa explicativa com o argumento de que o *aliás* esteja funcionando como advérbio.

Assim podemos levantar a hipótese de que o *aliás* tem uma função que não foi estabelecida até agora, de natureza textual. Explicação essa que pode ser dada pelo fato de o *aliás* passar na relativa explicativa uma vez que o enunciado Y não é parte do enunciado X. Os dois aparecem separadamente.

Já o fato sintático de o *aliás* não passar na restritiva mostra que Y está subordinado a X. Então temos dois tipos de relação frasal, isto é, interna da frase, e uma relação textual - que é dada pelo *aliás*. O morfema *aliás* permite, ao que parece, tal distinção. Dessa forma podemos continuar dizendo que o argumento introduzido pelo *aliás* e o argumento precedente são dois julgamentos completos separados.

2. *Aliás: caracterização da polifonia*

Dando continuidade a esse estudo, apoio-me em Ducrot e outros (1980)⁵ e Ducrot (1987) e tais trabalhos sugerem a consideração da Polifonia para caracterizar mais adequadamente o funcionamento do *aliás*.

Sabe-se que a independência sintática entre X e Y na construção *X aliás Y*, constatada nas análises realizadas em Ducrot (1983) e Silva (1991), bem como na análise de (9a) e (10a), pode aparentemente revelar, ainda que de maneira precária, que, no fenômeno lingüístico em questão, deveríamos continuar insistindo na hipótese de que os argumentos P e Q são também independentes um do outro e que o argumento Q pode até ser desnecessário. A caracterização argumentativa da mesma seqüência mostra que, ao invés disso, temos, em P e Q, argumentos de igual força para a conclusão r.

Procuraremos, tomando a caracterização argumentativa já configurada, ver como se poderiam considerar as posições do locutor e dos enunciadores em enunciações com *X aliás Y*.

Consideremos o enunciado⁶

5. É claro que, o que esse texto analisa é morfema francês *d'ailleurs*.

6. O enunciado (11) "O carnaval é uma porcaria. Aliás, a porcaria mais gostosa do mundo." foi recolhido do *Diário do Povo*, Campinas, 09.03.84, 1.

- (11) *O carnaval é uma porcaria (P). Aliás, a porcaria mais gostosa do mundo (Q).*

Tomando-se a caracterização argumentativa, encontramos um problema na escala argumentativa de (11). Vejamos.

O carnaval é uma porcaria. ↑ Aliás, a porcaria mais gostosa do mundo.

Se considerarmos a conclusão “vamos pular o carnaval”, os argumentos (P) e (Q) não orientam para a mesma conclusão.

O enunciado “O carnaval é uma porcaria”, sozinho, orienta para “não pular o carnaval”. Notemos, no entanto, que é inaceitável ou estranho, por exemplo,

- (11a) (?) *O carnaval é uma porcaria (P). Além disso a porcaria mais gostosa do mundo (Q).*
(11b) (?) *O carnaval é uma porcaria (P), ainda que a porcaria mais gostosa do mundo(Q).*

Percebe-se que tanto em (11a) como em (11b) mantém-se a afirmação “O carnaval é uma porcaria”. Isso não ocorre com o *aliás*, onde se dá a retomada irônica, pois o fato de não acrescentar argumentos mantendo o precedente e com o fato de não ter uma função concessiva, podemos supor que enunciados do tipo X *aliás* Y apresentam a possibilidade de Polifonia e de um movimento irônico.

Podemos, então, dizer que é a presença do *aliás* que abre a possibilidade de (11). Por outro lado, podemos considerar que há um traço irônico no referido enunciado que aparece pela expressão *porcaria mais gostosa*. Assim, vemos que o *aliás* abre a possibilidade para que a ironia se dê. Antes da análise, vejamos como formula-se a tese de Ducrot sobre a ironia:

Falar de um modo irônico é, para um L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade, e, mais que isso, que ele a considera absurda. Mesmo sendo dado como responsável pela enunciação L, não é assimilado a E, origem do ponto de vista expresso na enunciação. (Ducrot, 1987: 98)

Realmente, a interpretação de Ducrot explica a ironia pela apresentação por parte do locutor dos enunciadores absurdos, E_1 e E_2 dos quais se distancia.

Na análise do *aliás* que passou a fazer em seguida, introduzo um terceiro enunciador⁷ para dar conta da ironia, uma vez que considerar o movimento irônico como próprio do locutor reporia a centralidade do sujeito da enunciação.

Assim temos, para (11), tendo em vista a ironia e a comparação com (11a):

- | | | |
|---|--|--|
| | | E_1 - O carnaval é uma porcaria → não vamos pular o carnaval. |
| L | | |
| | | E_2 - O carnaval é uma porcaria → vamos pular o carnaval. |
| | | aliás |
| | | E_3 - A porcaria mais gostosa do mundo → vamos pular o carnaval. |

Ou seja, o locutor de (11) representa pelo *aliás* dois enunciadores (E_2 e E_3) de tal modo que a perspectiva de E_3 mostra que a perspectiva de E_2 é irônica em relação a um outro enunciador, E_1 . Podemos ver que a perspectiva irônica de E_3 é constituída pelo *aliás*, que transforma *O carnaval é uma porcaria* em argumento coorientado com *a porcaria mais gostosa do mundo*.

3. *Aliás: caracterização do topos*

Ducrot mostra que o problema que se apresenta para a Teoria da Argumentação é que “as possibilidades de argumentação não dependem somente de enunciados tomados por argumentos e conclusões, mas também dos princípios dos quais se serve para colocá-los em relação” (Ducrot, 1989: 21).

Os princípios dos quais Ducrot (1989) fala têm a ver com as crenças partilhadas numa comunidade. Assim o que autoriza a passagem para a conclusão é o conceito de topos (T), que inclui tanto as crenças partilhadas como o fato de valer para situações diferentes daquelas em que é utilizado; e há uma terceira característica, que é a gradualidade, tratada como Forma Tópica. Com essas três características, o conceito de Topos traz para o interior da língua a

7. Agradeço a Oswald Ducrot que, em seminário em sua homenagem, realizado na UNICAMP, de 28 a 30 de outubro de 1996, endossou minha proposta de um terceiro enunciador para explicar a ironia.

garantia de passagem do argumento para a conclusão. Com isso, Ducrot propõe-se a indicar “o lugar preciso onde se relaciona a língua e o discurso argumentativo” (Ducrot, 1995: 86).

O exemplo (11) pode ser analisado a partir da Teoria dos Topos e, com essa teoria, a perspectiva do enunciador aparece como Forma Tópica (FT), isto é, a relação entre A e C, aplicada a uma relação interna da frase, como pode-se ver a seguir.

No exemplo (11), em P, primeiro segmento do enunciado, o locutor mostra o E₁, que convoca o T₁ e apresenta as formas tópicas: a FT₁ “quanto mais porcaria, pior um fato” e a FT₁ “quanto menos porcaria, melhor um fato” o que leva à conclusão “não vamos pular o carnaval”, baseada na FT₁. Esta é a Forma Tópica discordante, usada para recusar a proposta de ir ao carnaval.

Em *aliás* Q, segundo segmento do enunciado, o locutor põe em cena mais dois enunciadores, E₂ que convoca o T₂, e apresenta, as Formas Tópicas: FT₂ “quanto mais porcaria, melhor um fato” e FT₂ “quanto menos porcaria, pior um fato”, o que leva à conclusão “vamos pular o carnaval”, refutada pela argumentação contida no primeiro segmento. Esta é a Forma Tópica da concordância. Além disso, há um terceiro enunciador, o E₃, que fala da perspectiva da ironia e que concorda com o T₂ e as respectivas Formas Tópicas.

Como se vê, nessa teoria, o princípio argumentativo convocado, a situação e a gradualidade são os pontos principais da análise.

4. Comparação do *aliás* com ‘na verdade’, ‘de fato’ e ‘com efeito’

Para dar continuidade a essa caracterização, vamos comparar o *aliás* com expressões como *na verdade*, *de fato* e *com efeito*.

Consideremos inicialmente os exemplos usados a seguir como argumentos para a conclusão “não compre este livro”.

- (12) (?) *Ele é ruim* (P). *Aliás ele é ruim* (Q).
- (13) (?) *Ele é ruim* (P). *Na verdade ele é ruim* (Q).
- (14) *Ele é ruim* (P). *De fato ele é ruim* (Q).
- (15) (?) *Ele é ruim* (P). *Com efeito ele é ruim* (Q).

Ônde somente (14) não causa estranheza. Consideremos, agora, os exemplos abaixo, também usados como argumentos para a conclusão “não compre este livro”.

- (16) *Ele é ruim. De fato ele é ruim. Aliás, ele é péssimo.*
(17) (?) *Ele é ruim. De fato ele é ruim. Na verdade, ele é péssimo.*
(18) (?) *Ele é ruim. De fato ele é ruim. De fato ele é péssimo.*
(19) (?) *Ele é ruim. De fato ele é ruim. Com efeito ele é péssimo.*

Nesse caso há, como registramos, uma certa estranheza nos enunciados de (17) a (19).

Se considerarmos, como vimos anteriormente, que *X aliás Y* articula argumentos de igual força e de perspectivas argumentativas distintas e observando que é aceitável dizer, no mesmo contexto dos enunciados (17) a (19),

- (20) *Ele é ruim. De fato ele é ruim. Ele é até mesmo péssimo.*

Podemos fazer as seguintes hipóteses:

- X na verdade Y*
X de fato Y
X com efeito Y

- a) articulam enunciados diferentemente de *X aliás Y*.
b) articulam argumentos de mesma força argumentativa, tal como *X aliás Y* e à diferença de *X até mesmo Y* que articula argumentos numa mesma perspectiva, mas com forças diferentes: *Y* é argumento mais forte que *X*⁸.

Suponhamos agora os enunciados:

- (21) *Isto não é bom (P). Aliás isto é péssimo (Q).*
(22) *Isto não é bom (P). Na verdade isto é péssimo (Q).*
(23) (?) *Isto não é bom (P). De fato isto é péssimo (Q).*
(24) *Isto não é bom (P). Com efeito isto é péssimo (Q).*

Consideremos que esses enunciados sejam contra-argumentações de um locutor B a um locutor A que diga:

A. *Isto é bom.*

8. A caracterização do *até mesmo* já está em Ducrot (1973).

Nesse caso estaríamos diante de uma negação metalingüística. Nesse contexto parecem aceitáveis os enunciados (21) e (22), inaceitável o enunciado (23) e um pouco estranho o (24).

Tomemos agora

- (25) *Dois mineiros lançaram suas obras. A imprensa noticiou o fato. Aliás a obra do França foi mais destacada.*
(26) (?) *Dois mineiros lançaram suas obras. A imprensa noticiou o fato. Na verdade a obra do França foi mais destacada.*
(27) (?) *Dois mineiros lançaram suas obras. A imprensa noticiou o fato. De fato a obra do França foi mais destacada.*
(28) *Dois mineiros lançaram suas obras. A imprensa noticiou o fato. Com efeito a obra do França foi mais destacada.*

Onde são aceitáveis (25) e (28).

Diante desses aspectos podemos dizer que *X, na verdade Y*, e *X de fato Y e X com efeito Y* apresentam dois enunciadores: E_1 de cuja perspectiva diz-se *X* e E_2 que se assimila ao locutor e que concorda com E_1 . Não discutirei as diferenças entre estas três construções.

Vejamos a comparação do *aliás* com *além disso* em

- (29) *Na feira comprei batatas, macarrão, arroz, ovos (P). Além disso comprei mel da melhor qualidade (Q). É ótimo comprar na feira (R).*
(30) *Na feira comprei batatas, macarrão, arroz, ovos (P). Aliás, comprei mel da melhor qualidade (Q). É ótimo comprar na feira.*
(31) (?) *Tudo podia acontecer (P). Além disso, lembrei-me de uma anedota de humor negro (Q).*
(32) *Tudo podia acontecer (P). Aliás, lembrei-me de uma anedota de humor negro (Q)*⁹.

Começemos pelos enunciados (29) e (30). Podemos dizer que ambos são aceitáveis e daí podemos fazer a hipótese de que o *além disso*, tal como *aliás*, articula argumentos de igual força.

Quanto a (31) e (32) podemos dizer que (31) passa com dificuldade porque o locutor apresenta um argumento (Q) que dificilmente se articula com (P). Assim, os argumentos orientam para a

9. O exemplo (32) foi retirado da entrevista com Fafá de Belém em *Playboy*, 117: 42.

mesma conclusão, mas *além disso* e *aliás* não articulam do mesmo modo os argumentos.

5. *Aliás: ironia e textualidade*

Vamos agora, para finalizar este estudo, aplicar a caracterização que fizemos para o *aliás* a uma seqüência textual, que chamou, especialmente, nossa atenção.

“Aliás, não tem sentido ocultar. Certa época, o Ganhador viveu à custa demulheres defeituosas. Nancas, mancas, corcundas, lábios leporinos, bocas tortas, albinas, peles repuxadas por queimaduras, paraplégicas. Comia, bebia, aceitava economias que ofertavam agradecidas (...) Um ano. Sem vencer festivais, sufoco. Vivendo de carteiras roubadas e bêbados”¹⁰.

O texto citado é o trecho inicial do romance de Ignácio de Loyola Brandão, intitulado *O Ganhador*. Em testes anteriores (Silva, 1991) constatou-se que é impossível inverter o argumento Q para o início do enunciado. Um enunciado com *aliás*, em todos os casos analisados, aparece sempre depois de outro enunciado. O uso do *aliás* prevê a existência de um argumento P. Ele de alguma forma deve estar presente. O romance em questão se apóia na 'figura de um perdedor, um torto na vida, um não-herói.

Talvez possamos levantar a hipótese de que o *aliás* permite que se dê outra orientação diferente daquela que o título *O Ganhador* faz pensar. Como vimos para o caso do enunciado (11), podemos dizer que essa seqüência inicial (considerem-se adjetivos como *defeituosas, nancas, mancas* etc.), introduzida pelo *aliás*, representa uma perspectiva E_3 que *mostra, atesta* uma perspectiva E_2 cujo argumento, não dito, é uma ironia à perspectiva E_1 da qual se deu o título ao livro.

Assim vemos como o *aliás* traz para o texto algo que nele não está e que é fundamental para inverter ironicamente o título e construir um dos lugares de interpretação do romance. Desse modo, poder-se-ia

10. Este texto (T1) foi retirado do romance de Ignácio de Loyola Brandão, *O Ganhador*, São Paulo, Global, 1987, p.7.

dizer que a presença dessa seqüência inicial instala a seguinte orientação argumentativa:

E₁ – Ele é um ganhador.
E₂ – Ele não é um ganhador.
E₃ – “Aliás, não tem sentido ocultar...”

} → Vamos apresentar os fracassos da personagem.

Corroborando essa análise há o fato de que, logo abaixo de *capítulo primeiro*, indica-se o seguinte: *A caminho do festival maior e, logo abaixo, canção-de-fracasso para recém-casados.*

Desta análise, pode-se dizer que as hipóteses de Ducrot e outros (1980) e Ducrot (1987) mostram um funcionamento argumentativo e polifônico do *aliás*, análise esta ampliada com a Teoria dos Topos de Ducrot (1989 e 1995) e essa visão orientou este estudo do *aliás* no português. Como diz Vogt (1991) “o trabalho procura mostrar que o papel do *aliás* tem uma função eminentemente interativa, na medida em que, ao corrigir uma rota discursiva, institui, pelo intercurso de vozes, papéis discursivos novos e não previstos no conteúdo semântico do enunciado”.

De outra parte as hipóteses de Ducrot e outros (1980), parecem ser um caminho para explicar:

(11) *O carnaval é uma porcaria (P). Aliás, a porcaria mais gostosa do mundo (Q).*

A impressão que se tem, quando se estuda a forma *X aliás Y*, é de que o argumento (P) é mais forte que o argumento (Q) ou que o argumento (Q) é quase desnecessário para a conclusão visada pelo locutor.

Lembremos, no entanto, aqui, o caso do enunciado (11). Na análise desse enunciado ficou claro como é *aliás Q* que instala a ironia em P e desse modo têm-se P e Q como argumentos co-orientados, ou seja, se há a aparência do caráter não-necessário do argumento Q, é preciso dizer que discursivamente o argumento Q (introduzido pelo *aliás*) é decisivo. Na caracterização enunciativa fica claro que essa expressão não tem a função de mera continuidade de X na seqüência *X aliás Y*. Desse modo conclui-se que P e Q não são ditos da mesma posição.

Isso pode ser caracterizado pela análise do enunciado (11), há pouco lembrado, bem como pela comparação de *aliás*, com *na verdade*, *de fato*, *com efeito*, *além disso* e *até mesmo*.

Assim o *aliás* aparece como um operador que constitui enunciadores distintos para P e Q. Esses enunciadores não coincidem necessariamente com o locutor. Explica-se a ironia em (11) a partir da inclusão de um terceiro enunciador. Quanto aos outros morfemas *na verdade*, *de fato* e *com efeito*, o segundo enunciador assimila-se ao locutor e concorda com E₁. Quanto à orientação argumentativa *aliás*, *na verdade*, *de fato*, *com efeito* e *além disso* articulam argumentos da mesma força argumentativa. Ao passo que *até mesmo* articula argumentos de forças argumentativas distintas.¹¹ E, considere-se a análise dos topos no exemplo (11), onde verificam-se três pontos essenciais para passar dos argumentos para a conclusão. Com esta análise, pode-se ver o lugar preciso de recusa e de refutação. Não se trata de qualquer perspectiva de onde se fala, mas também do Topos e da Forma Tópica que sustentam a argumentação¹¹.

Conclui-se que vários pontos de nossa análise, a relação do *aliás* com as relativas, a análise do enunciado (11) e da sequência inicial do romance de Loyola Brandão, por exemplo, mostram que o funcionamento enunciativo do *aliás* tem a ver com a constituição da textualidade. Desse modo, na medida em que o *aliás* constitui uma enunciação polifônica, somos levados a dizer, como outros já o têm feito, que o texto se constitui de uma multiplicidade de perspectivas enunciativas.

11. Faço um agradecimento especial a meu orientador, o professor doutor Eduardo Guimarães, da UNICAMP, pelos valiosos comentários, todos altamente pertinentes, quando da elaboração deste artigo. Agradeço também à professora doutora Maria Marta García Negroni, da Universidade Nacional de Buenos Aires, pelas sugestões dadas.

Bibliografia

- Anscombre, Jean-Claude & Ducrot, Oswald (1983), *L'Argumentacion dans la Langue*, Bruselas, Mardaga.
- Bally, Charles (1965), *Linguistique générale et linguistique française*. Berna, Franck.
- Bakhtin, Mikhail (1963), *La poétique de Dostoievky*. Paris, Seuil.
(1981), *Marxismo e filosofia da linguagem* (vários tradutores). São Paulo, Hucitec.
- Ducrot, Oswald (1972), *Dire et ne pas dire*. Paris, Hermann.
(1987), *O Dizer e o Dito* (diversos tradutores). Campinas, São Paulo, Pontes.
(1989), "Argumentação e "Topoi" Argumentativos" em Guimarães, E. *História e Sentido na Linguagem*. Campinas, Pontes.
(1995), "Topoi et formes topiques", em Anscombre Jean-Claude (éd.) *Théorie des Topoi*. Paris, Kimé.
- Ducrot, Oswald et alli. (1980), *Les mots du discours*. Paris, Minuit.
- Guimarães, Eduardo (1987), *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*, Campinas, Pontes.
(1995), "Os Lugares da Argumentação" em *Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, Pontes.
- Silva, Soeli M. Schreiber da (1991), *Argumentação e Polifonia na Linguagem*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- Vogt, Carlos (1980), *Linguagem, pragmática e ideologia*. Campinas, São Paulo, Hucitec.